

O RACISMO DE ESTADO EM MICHEL FOUCAULT: DO PODER SOBRE A VIDA E A VIOLÊNCIA COTIDIANA

Jonatá dos Reis Lima¹

RESUMO

Partindo da noção de “*Biopolítica*” em Michel Foucault, da passagem do poder Soberano para a Constituição de Estado, onde as tecnologias de poder passam a se centrar na regulamentação da vida, no fazer viver, o presente artigo tem por objetivo desenvolver um diálogo entre o racismo de Estado e as políticas de morte que abrem para a violência nos Estados moderno/contemporâneos, podendo evidenciar alguns pontos de nosso cenário atual de pandemia da Covid-19. Assim, a princípio, se faz preciso apresentar a “*Biopolítica*”, “*biopoder*”, a partir do curso de Foucault no *Collège de France*. E como o nosso cenário atual de pandemia está permeado por questões regulamentadoras e de segurança, por políticas de preservação da vida. Conduzindo a discussão posterior à problemática de como essa tecnologia de poder que tem por objetivo a preservação da vida vai exercer o direito de matar, a função assassina de Estado, na qual Foucault apresentará por meio do racismo. E nessa problemática, o filósofo camaronês Achille Mbembe em seu ensaio intitulado *Necropolítica* vai apresentar um deslocamento a essa questão centrada na colonização; essa criação de um “inimigo” do Estado como abertura para a violência, possibilitando-nos pensar nosso cenário atual. E por fim, não como fechamento mais abertura, o direcionando da discussão àquilo que Foucault propõe por uma introdução a vida não fascista; um desprendimento da própria vida cotidiana a esse poder que tanto domina e explora, hierarquiza.

PALAVRAS-CHAVE: Biopolítica. Racismo de Estado. Pandemia.

1 INTRODUÇÃO

O poder do Estado sobre a vida, a intervenção do governo na existência dos indivíduos, talvez dificilmente tenha alcançado um lugar privilegiado nas discussões políticas e cotidianas dos sujeitos como nosso cenário atual de pandemia da Covid-19. E então nessa política global de preservação da vida, quase como uma novidade, abre-se a evidência: o Estado pode causar, promover meios para a morte, ou quem sabe, escolher quais serão os alvos que estarão na mira do rifle. A sociedade esqueceu e se faz preciso lembrá-la do que foi o genocídio colonizador, a escravidão, as armas de fogo erguidas pela polícia, pelo exército?

Michel Foucault, e sobre suas análises, Achille Mbembe, desenvolvem em seus estudos essa violência e abertura para supressão da vida promovida pelo Estado, do artifício do racismo e das armas de fogo que promovem essa política de morte. Podendo assim

¹ Graduado em Licenciatura em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. jonatareislma@gmail.com

evidenciar essa violência não só nas grandes instituições, mas no cotidiano, sobre e pelos próprios indivíduos.

2 BIOPOLÍTICA

Foucault, na aula de 17 de março de 1976 em *Em Defesa da Sociedade*, ao evidenciar uma assunção da vida pelo poder no século XIX, uma “estatização do biológico”, apresenta a noção de Biopolítica como a regulamentação e preservação da vida. Ao contrário da teoria clássica da soberania que tinha o direito de matar nas mãos do soberano, e mais complexa que o poder disciplinar que através da multiplicidade adestrava os corpos individuais, essa nova tecnologia de poder vai se centrar no “fazer viver”, estando atrelada a fenômenos globais, sobre os fenômenos de população, processos biológicos ou bio-sociológicos das massas humanas, o poder precisará acomodar uma grande massa de corpos: demografia.

Assim a preocupação da Biopolítica se destina a natalidade, a morbidade, a saúde pública, a segurança de um local. O fenômeno da doença, essa morte que se instala sorrateiramente na vida, a enfraquece e a torna improdutiva, assim também como os custos econômicos resultantes, começa a ser motivo de intervenção. Outra intervenção são os fenômenos universais e acidentais, pois em uma sociedade de produção aqueles que estão desprovidos de tal, como a velhice ou a deficiência – seja biológica ou adquirida – necessitam de fundo para sobreviver, e aí se criam os mecanismos de seguridade, poupança individual ou coletiva. A preocupação da espécie humana com seu meio de existência, o espaço de suas relações, os efeitos brutos do meio geográfico, climático, hidrográfico. Dessa forma as cidades são administradas para o bem-estar do indivíduo.

Muito embora a abordagem de Foucault se centre na “endemia”, nessa morte que permanece, se introduz sorrateiramente e se fixa, temos em nosso cenário atual uma morte que abate brutalmente, repentina, na qual ele toma como um cenário desde as profundezas da Idade Média, “epidemia”. Mas que aos poucos essa morte repentina está se fixando no nosso cenário contemporâneo e somando a outras que também podemos chamar de brutais.

Assim, quando em 11 de março de 2020 Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), determina o estado de pandemia, a letalidade de um vírus que circula rapidamente e causa mortes súbitas, atingindo um número expressivo de

países, o *biopoder* é acionado. Temos nesse cenário atual de pandemia uma regulamentação e medidas de segurança, políticas de preservação da vida. Temos uma responsabilidade governamental do cuidado com o outro, de desenvolver estratégias que minimizem a proliferação do vírus, desenvolver mecanismo de controle, manter a média de casos infectados regular, fixar um equilíbrio, promover assistência e seguridade através dos auxílios, “encompridar a vida”. Temos assim uma *Biopolítica* reformulada.

3 RACISMO DE ESTADO E A ABERTURA PARA VIOLÊNCIA COTIDIANA

Em conformidade com Foucault “[...] o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo” (2015, p.306). Assim se inverte a proteção sobre a vida e seleciona através do biopoder aquelas que devem ser preservadas. Dessa forma o racismo funciona sobre dois domínios, o corte entre o que deve viver e o que deve morrer, evidenciando a hierarquia criada no biológico, a qualificação da espécie entre uma boa e outra ruim, fazendo com que o poder trate a população como uma mistura de raças, fragmentando e defasando um grupo de outro. E o segundo abre e faz funcionar a relação guerreira: “[...] para viver, é preciso que você massacre seus inimigos”. (FOUCAULT, 2015, p. 305). Para manter a supremacia de uma espécie, é preciso que a outra desapareça. “A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 2015, p. 305).

É importante ressaltar que não são os inimigos no sentido político que precisam ser eliminados, mas os perigos internos e externos em relação à população. E aí podemos pensar na criminalidade, nos loucos, “anormais”, a criação de um sistema para tirá-los do convívio social. Assim esclarece Foucault: “É claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor á morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc” (2015, p. 306). A “morte” também pode ser entendida em seu sentido de pertencimento, quando exclui do corpo social, dos muros que protegem a

sociedade, um indivíduo ou um grupo deles – os negros, a comunidade LGBTQIA+, os indígenas, as mulheres, os delinquentes – por, de forma biológica como apresentou Foucault, interferir na supremacia da espécie forte e dominante.

Será esse mesmo pressuposto que imperou na sociedade nazista alemã, e que ao mesmo passo que resgata um direito soberano, também desenvolve o biopoder – a raça ariana seria superior a todas as outras, e por isso se fazia necessário o extermínio das raças inferiores. Foucault evidencia que na guerra, como seria possível não só lutar contra os adversários, mas também expor os próprios cidadãos à guerra, fazer com que fossem mortos milhões, se não pelo racismo. A própria população precisaria estar submetida à morte a fim de que somente os mais fortes sobrevivessem e dessem continuidade a espécie – regeneração das raças.

Nessa relação de morte aberta através do Estado, Achille Mbembe em seu ensaio intitulado *Necropolítica* analisa essa nova configuração presente na contemporaneidade através das várias maneiras que as armas de fogo tomam o cenário de terror e morte em uma população, abrem para a destruição máxima de pessoas.

A raça, como apresenta Mbembe, de fato tem um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder, e muito mais que o pensamento de classe, a luta econômica de classes, “[...] a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los” (2016, p. 128). O processo de colonização, o genocídio colonizador, tão bem assumiu essa prerrogativa, criando um inimigo ficcional contra o Estado.

Dessa forma, conforme Mbembe: “Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica” (2016, p. 130). Nessa condição a vida é tomada como “coisa”, é passível de ser administrada por outrem, e o escravo passa a ser propriedade do senhor, “a natureza humana do escravo como uma sombra personificada”. A vida do escravo resulta assim, em muitos aspectos, uma forma de “morte em vida”.

E frente a essa tomada de identidade, de degeneração, temos as colônias habitadas pelos “selvagens”. “As colônias não são organizadas de forma estatal e não criaram um mundo humano” (MBEMBE, 2016, p. 133). É essa visão de desordem e falta de estrutura, de seres incapazes de respeitar o outro mesmo que inimigo, que se cria uma zona de guerra

impossível de firmar a paz com eles. Essa negação racial do conquistador com o nativo abre para a constatação de que as colônias possam ser governadas na ilegalidade. “Aos olhos do conquistador, ‘vida selvagem’ é apenas outra forma de ‘vida animal’, uma experiência assustadora, algo alienígena além da imaginação ou compreensão” (MBEMBE, 2016, p. 133). É justamente essa falta de humanidade, essa ficção para criar efeitos de real, que a morte se torna indiferente, e o genocídio colonizador como um marco de salvação.

Mbembe propõe outro deslocamento que sai dessa estrutura Estatal e se centra no mais íntimo cotidiano dos indivíduos. “Uma de suas principais características é que as operações militares e o exercício do direito de matar já não constituem o único monopólio dos Estados, e o ‘exército regular’ já não é o único meio de executar essas funções” (MBEMBE, 2016, p. 139). Assim surgem as “Máquinas de guerra”, homens armados que por vezes são recrutados pelos exércitos e em outros lutam contra estes, mas que no final acabam como alvos as populações civis desarmadas. A guerra resultante não é mais entre dois Estados soberanos, mas entre aqueles que possuem a máscara do Estado, exército, a polícia, contra aqueles que não têm Estado, facções, milícias.

Dessa forma, e diante desse racismo de Estado apresentado por Foucault, ao mesmo passo desse deslocamento para violência cotidiana em Mbembe, nosso cenário atual de pandemia da Covid-19 abre para a fragilidade de nosso sistema governamental. Assim, próximos à estrutura de racismo em Foucault temos uma série de cortes na sociedade, e diante da emergência de medidas de contenção do vírus essa fragilidade é exposta, nem todos podem se abrigar do contato com o vírus. Gislene Aparecida dos Santos, em artigo publicado no site *Jornal da USP* intitulado *Reflexões em tempos de pandemia, necropolítica e genocídios* nos esclarece um pouco esse corte:

Necropolítica é o modo como o Estado, por meio de suas políticas, decide, a cada minuto, quem vive e quem morre. Penso que, agora, isso possa estar ocorrendo em hospitais de todo o mundo. Não faltam dados para indicar que o tratamento das pessoas pobres e pretas, nos serviços de saúde, também é desigual. Se tiver que escolher, quem ‘o médico’ escolherá para a UTI e para o uso de respirador, para o hospital com equipamentos de ponta e para o hospital de campanha? [...] Quem são as pessoas que apresentam, em maior medida, as comorbidades que fragilizam para a covid-19? E por que apresentam tais doenças crônicas?

Esse corte, essas pessoas de quem fala Gislene Aparecida dos Santos, se torna evidente quando pensamos nas comunidades indígenas, os moradores das periferias e favelas, os moradores de rua, as famílias do MST. Aqueles de quem pouco tem assistência do Estado, ou quem ele pouco se preparou para atender, e agora tem agravado a sua ineficácia.

E nesse cenário global de emergência, de preservação da vida, as políticas sociais parecem ecoar com mais força. É a necessidade de se pensar a demarcação de terras indígenas homologadas por lei, a crescente de áreas desmata e queimadas, os garimpos ilegais, fatores que proporcionaram para que o vírus adentrar-se a mata e atingisse comunidades indígenas, afetasse o ecossistema e o nosso ar. É a truculência do despejo, a reintegração de posse, o “por na rua” famílias quando se tem um risco eminente circulando no lado de fora, ou quando paradoxalmente não se tem onde “abrigar” aqueles que já se encontram nas ruas. É a falta de saneamento básico, de água potável, de luz. E dessa forma aqueles que eram invisíveis à “normalidade” de funcionamento social, que pareciam não incomodar as atividades cotidianas e econômicas, acabam encontrando um centro de “luz” e assumindo uma “existência”.

“Não consigo respirar”, eis a expressão máxima de violência e ódio por parte do Estado, o símbolo de morte que repercutiu nos canais de comunicação e resultou numa série de protestos em Mineápolis, nos Estados Unidos, após a morte de George Floyd sufocado por um policial branco, retomando o movimento *Black Lives Matter*. E temos na contemporaneidade, e quase como uma personificação do que foi o genocídio colonizador, o que foram as cidades colonizadas, os territórios postos de joelhos diante de um “salvador”. Um corpo negro deitado, “selvagem”, tendo sobre seu pescoço o peso de um joelho Soberano.

Mas quantos não conseguiriam – Joãos, Ágatha, Marielle – e não conseguem respirar por um sistema político, ao mesmo passo ideológico, conservador, religioso, que extrapola o biológico e propõe uma cissura, um corte no meio social, que escolhe quem merece o respeito, a dignidade, a vida, traçado pela cor da pele, pela sexualidade, pela religião, e quem ao contrário é destinado ao desrespeito, à injúria, a morte?

4 A VIDA NÃO FASCISTA

Foucault no texto “*O Sujeito e o Poder*” coloca o sujeito frente aos limites da violência e dos sistemas ditatoriais, doenças do poder. Não há relações de poder, não é

possível esse movimento de ação do sujeito, de escapatória, resistência, quando o poder é tomado em sua forma primitiva de violência, resultando somente na passividade e obediência. “Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói, ela fecha todas as possibilidades” (FOUCAULT, 1995, p. 243). É preciso compreender que só há relações quando existe a possibilidade de liberdade, “o poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’ enquanto ‘livres’” (FOUCAULT, 1995, p. 244), somente aí é possível à abertura de ação e reação. Como evidencia Foucault, não há relações de poder na escravidão, pois o homem está acorrentado, havendo somente uma relação física de coerção.

Há nessa racionalidade do poder, nesse endurecimento das relações, duas “formas patológicas”, “duas doenças” do poder, o fascismo e o estalinismo. São essas formas de poder que corrompem o processo social e invertem a conduta política. Mas que essa violência muitas vezes não só recai de cima, ela também cresce de forma capilar por baixo, sobre e pelos próprios indivíduos.

Frente a essa questão que é apresentada, aborda Foucault em *prefácio* escrito a obra “*O Anti-Édipo*” de Gilles Deleuze e Félix Guattari a problemática do “amor ao poder” no cotidiano como abertura a esse sistema ditatorial do fascismo.

Enfim, o inimigo maior, o adversário estratégico [...]: o fascismo. E não somente o fascismo histórico de Hitler e de Mussolini – que tão bem souberam mobilizar e utilizar o desejo das massas –, mas o fascismo que está em nós todos, que martela nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta coisa que nos domina e nos explora (FOUCAULT, 1977, p. XIII).

O combate que se faz preciso não é, de forma tão urgente, do fascismo presente nos grandes sistemas de ordem, mas precisamente aquele no cotidiano dos indivíduos. É preciso libertá-los dessa conduta em suas falas, seus gestos, seus comportamentos. É esse amor ao poder que transfere para a ação política o imperativo da negação e da hierarquia, que legitima o fascismo ditatorial.

5 CONCLUSÕES

A grande questão a ser pensada é até onde vai esse “limite” do poder sobre a vida, e até onde ele extrapola suas relações por meio da violência, do racismo, de sistemas ditatoriais.

Foucault em suas análises sempre abre para esse extremismo das configurações de poder, abrindo para a necessidade de se pensar essas relações no campo da multiplicidade e criação, movimento ao invés da forma estática de hierarquia. Se entendermos a população não como um corpo unitário e fechado, como se pudéssemos alocar todos em um mesmo nível, mas entendermos que nessa população existe uma “individualização”, no sentido de entender que há grupos que saem dessa unidade e precisam de um maior cuidado, talvez aí consigamos reformular as relações políticas. Como conduz Foucault: “O grupo não deve ser o laço orgânico que une os indivíduos hierarquizados, mas um constante gerador de ‘desindividualização’” (1977, p. XIV).

Não temos, em análise a Mbembe, uma elevação da “racionalidade” política, a razão não deve ser o pressuposto dessa ação, lugar privilegiado nos Estados Modernos, mas talvez resgatar algo mais sensível e urgente, a política está permeada por relações de vida e morte. É quando o indivíduo percebe estar em jogo sua própria vida ou morte na sociedade, que suas escolhas refletem a sua condição de existência.

Assim, não deixamos de ter no escopo de nosso processo social políticas de perseguição e aniquilamento de existências, mas que, pensando nosso cenário atual de pandemia, em que se tem uma intensificação global da preservação da vida como alternativa para evitar a morte essas políticas saem da marginalidade e encontram um centro de “luz”.

REFERÊNCIAS

FOCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. pp. 385-315.

FOCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória Filosófica**: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. pp. 231-249.

FOCAULT, Michel. Preface. In: Gilles Deleuze e Félix Guattari. **Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia**, New York, Viking Press, 1977, pp. XI-XIV. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016.

SANTOS, G. A. Reflexões em tempos de pandemia, necropolítica e genocídios. **Jornal da USP**, São Paulo, 05 de maio de 2020. Disponível em: < https://jornal.usp.br/artigos/reflexoes-em-tempos-de-pandemia-necropolitica-e-genocidios/#_ftnref5>. Acesso em: 23 de out. De 2020.